



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

GÊNERO, SEXO, CLASSE E RAÇA: LEGADOS DO RACISMO E PATRIARCALISMO

Rayane Stephane Melo de Moura¹

Ana Kelma Cunha Gallas²

Resumo: Os conceitos de gênero e raça, atualmente, fazem-se necessários para investigar uma estratificação na sociedade, especialmente considerando as crenças de superioridade de homens sobre mulheres, e, da inferioridade dos negros em relação aos brancos (SAFFIOTI, 2004). São esses os piores legados que o racismo e patriarcalismo deixaram enraizados na sociedade brasileira (COSTA, 2005). Portanto, entende-se que a violação dos direitos das mulheres, especialmente de mulheres negras, exige que a interseccionalidade esteja presente para se compreender a atual situação da mulher na sociedade brasileira e como os legados do racismo e patriarcalismo influenciam exacerbadamente em suas vidas. Na intersecção entre raça e gênero, pode-se observar que mulheres pretas e pardas vivenciam mais situações de exclusão e violência do que as mulheres brancas (CARNEIRO, 2003). Nos estudos bibliográficos referentes aos temas gênero, sexo, classe social e raça, e os legados do racismo e patriarcalismo, categorias que por vezes foram consideradas separadas, suscitam a intersecção e uma perspectiva crítica para a compreensão da opressão acometida contra as mulheres, especialmente as negras, tratando-se de um complexo fenômeno na contemporaneidade.

Palavras-Chaves: Gênero. Raça. Intersecção.

Abstract: The concepts of gender and race are currently needed to investigate a stratification in society, especially considering the beliefs of superiority of men over women, and the inferiority of blacks to whites (SAFFIOTI, 2004). worse legacies that racism and patriarchalism have left rooted in Brazilian society (COSTA, 2005). Therefore, it is understood that the violation of women's rights, especially of black women, requires intersectionality to be present, to understand the current situation of women in Brazilian society, and what the legacies of racism and patriarchalism exacerbate the lives of women. themselves. At the intersection between race and gender, it can be observed that black and brown women experience more situations of exclusion and violence than white women (CARNEIRO, 2003). In the bibliographic studies on gender, sex, social class and race, and the legacies of racism and patriarchy, categories that were sometimes considered as separate, give rise to the intersection and a critical perspective for understanding the oppression of women, especially women. black, being a complex phenomenon in the contemporaneity.

Key words: Gender. Breed. Intersection.

1. INTRODUÇÃO

Em sua trajetória, a origem branca e ocidental do feminismo estabeleceu sua hegemonia na equação das diferenças de gênero e tem determinado que as mulheres não brancas, de todas as partes do mundo, tenham que ir à luta para integrar em seu ideário as especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social.

Neste sentido, o racismo rebaixa o status de gênero e estabelece a inferioridade

¹ Estudante de Graduação Santo Agostinho, UNIFSA. E-mail: anne.estefanny@hotmail.com.

² Professora com formação em outras áreas, UNIFSA. E-mail: anne.estefanny@hotmail.com.

social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas.

Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. Fazendo-se também necessário entrar na pauta do movimento feminista negro, políticas públicas voltadas especificamente para mulheres negras, que devido a um contexto de escravidão, sofrido por anos pela população negra, e que, após a abolição, vem sendo marginalizada, especialmente a mulher negra, e tendo sua cultura, seu modo de viver, criminalizado pela sociedade por conta do racismo, machismo e sexismo.

2. DESENVOLVIMENTO:

Para se falar dos legados do Racismo e Patriarcalismo necessita-se abordar os conceitos de gênero, sexo e raça. Gênero seria uma organização da sociedade, que enfatiza a diferenciação de acordo com os papéis, valores, deveres obrigações entre os sexos. Sexo seria o biológico, a natureza de cada ser humano, de acordo com o que a pessoa nasce; e Raça seria uma construção da sociedade perversa que qualifica grupos de pessoas superiores a outras pela classe social e a hierarquização e diferenciação da sociedade por conta dos possuidores dos meios de produção e dos não possuidores dos meios de produção. Gênero, Classe, Raça e Sexo ocasionam uma diferenciação social entre mulheres, homens, pretos, brancos e fazem-se necessários entendê-los para buscar extinguir preconceitos, discriminações, violências, dentre outros (BRASIL, 2011). De acordo com Steffen (2013, p.51):

O termo gênero surgiu a partir do entendimento das diferenças entre homens e mulheres não pela sua estrutura biológica (sexo), mas pela influência da cultura, sendo “a construção cultural do que se constituem os papéis, as funções e os valores considerados inerentes a cada sexo em determinada sociedade”. Gênero passa a ser compreendido como um efeito da linguagem, produzido e gerado a partir de discursos historicamente influenciados por relações de poder.

As desigualdades de gênero são entendidas como aquelas construídas pelas sociedades que hierarquizam os sexos, colocando que a natureza produz seres superiores e outros inferiores em razão do sexo. Nas sociedades patriarcais evidencia-se claramente a superioridade dos homens sobre as mulheres, que por anos no Brasil ficaram submissas aos homens. Mulheres essas que são conhecidas inicialmente através dos pais, posteriormente são conhecidas através dos maridos, ficando sempre nas sombras, sem vida própria, subordinadas e dependentes (PERNAMBUCO, 2011).

Para Davis (1997) a raça identifica a classe; gênero identifica classe; raça é uma vivência da classe, comumente, é uma vivência de raça, que ambas têm que estar cruzadas para não ocorrer à primazia de uma sobre a outra. Já para Fraser (2001) gênero e raça são, portanto “paradigmas de coletividades bivalentes, pois abarcam dimensões econômicas e dimensões cultural-valorativas, implicando problemas de redistribuição e de reconhecimento”. Já Carneiro (2003) traz que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Por conta disso, para as mulheres negras chegarem aos mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos, necessitaria de uma mobilidade social.

Segundo Sito (2017), após a abolição da escravatura, o Estado brasileiro marginalizou os homens negros, obrigando as mulheres negras a garantir solitariamente a manutenção da sua família, ficando à margem da sociedade e tendo que assumir categorias de trabalho como babás, faxineiras, dentre outros, não adentrando em classe mais elevada e submetendo-se a exploração, conseqüentemente não participando das tomadas de decisões.

Ainda segundo Sito (2017), a luta da mulher negra pela não opressão, será contra mecanismos como o “racismo e o sexismo”, pois os mesmos definem lugar de pessoas, grupos e povos de acordo com a cor da pele, tipo de cabelo, dentre outros; e contra o “racismo e o patriarcado”, pois os mesmos propiciam uma subordinação racial e sexual e o acesso desigual à renda e a bens. Decerto existe um privilégio da população branca, especialmente homens brancos e heterossexuais, que se situam no topo da pirâmide de desenvolvimento humano, no Brasil e no mundo.

Corroborando, Rodrigues e Prado (2010), trazem que foi por causa das reclamações da ausência sobre o debate racial no interior das práticas políticas feministas que as mulheres negras conseguiram se inserir, antes dos homens negros, no sistema político institucional, através da participação de duas mulheres no Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) no Estado de São Paulo, e, posteriormente, conseguindo assento no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM). Ainda segundo os autores Rodrigues e Prado (2010, p. 450):

A entrada das mulheres negras no CECF de São Paulo e, em seguida, no CNDM, abrindo espaços de participação institucional, propiciou o início de um processo de consolidação de um movimento autônomo de mulheres negras. As disputas políticas entre mulheres negras, mulheres brancas e homens negros já haviam deixado clara a necessidade de se pensar gênero e raça de maneira conjunta, pois o cruzamento dessas duas variáveis mostrava de maneira inequívoca o lugar ocupado pelas mulheres negras na pirâmide social. Esse processo de consolidação de uma perspectiva feminista negra vai tomando mais corpo e maior legitimidade política a partir dos embates travados entre as mulheres negras e brancas no Encontro Feminista realizado em Bertiooga, ocorrido no ano de 1985.

De acordo com Saffiotti (2004), na constituição dos sujeitos deve-se haver uma interseccionalidade de raça, classe, etnia, e não olhar apenas exclusivamente para a questão do gênero. Saffiotti também aborda que homens e mulheres convivem em meio a uma cultura androcêntrica e que as diferenças entre masculino e feminino, de conduta, são enraizadas nos seres humanos desde que nascem, tornando a mulher a bela, recata e do lar e o homem um aventureiro, viril, provedor, sustentando uma diferenciação. Por conta dos seres humanos serem construídos dentro da cultura androcêntrica, existem até mesmo mulheres machistas, mulheres que aceitam a agressão masculina, a dominação da mulher, tudo por conta da ideologia que é enraizada desde que nascem e um patriarcalismo presente.

Ainda segundo Saffiotti (2004), gênero, raça, classe social estruturam as relações sociais. Corroborando, Crenshaw (2002) expõe em sua obra um caso de discriminação que aconteceu na empresa *General Motors*. Mulheres negras tentavam conseguir vagas de emprego na empresa e não eram aceitas; assim, as mesmas acionaram a justiça para processar a empresa, porém não conseguiram provar a discriminação, preconceito, porque na época não se entendia e nem existiam obras tratando da interseccionalidade de raça, classe e gênero. A empresa *General Motors* ganhou o processo alegando que não discriminavam e nem havia preconceito de gênero, pois mulheres trabalhavam na empresa; e não discriminavam e não havia preconceito por questões raciais, porque haviam homens negros trabalhando na empresa; e os juristas não tinham o conhecimento acerca da interseccionalidade de raça, classe e gênero, pois na empresa só haviam mulheres brancas, as negras foram rejeitadas.

Foi através do movimento feminista que milhares de mulheres puderam se questionar acerca da opressão que sofriam por conta do gênero, por conta do machismo, do patriarcalismo e posteriormente enxergar as questões plurais dentro do movimento, como as questões raciais, sexuais, dentre outras (BICALHO, 2013). Ainda, segundo Bicalho (2013), nos anos de 1970 se desenvolveu os estudos de gênero como categoria de análise histórica e foram levantadas três teorias que se subdividiam:

- 1- Teoria das diferenças de gênero - Mulheres apresentam visões distintas, diferem dos homens enquanto valores dentre outros. Com relação às diferenças de gênero apresentam-se três explicações: as explicações biológicas; as explicações institucionais, e as teorias sociopsicológicas;
- 2- Teoria das desigualdades entre gêneros - Homens e mulheres colocados como desiguais tanto em situações, papéis, condições sociais, dentre outros. E a teoria se subdivide em: feminismo liberal e feminismo marxista;
- 3- Teorias da opressão de gênero - Relaciona-se a situação da mulher como consequência das relações de poder dentro da sociedade. A teoria se posiciona de forma diferente e levam em consideração as seguintes correntes feministas: Teoria feminista psicanalítica; feminismo radical; feminismo socialista e feminismo de terceira onda (BICALHO, 2013, p.44-45).

Devido à luta das feministas, a introdução do estudo de gênero e posteriormente o conhecimento acerca da intersecção de gênero, raça, classe; a mulher teve vários avanços em suas vivências, apesar de ainda se encontrarem dentro de uma sociedade patriarcal e machista; as mulheres já têm direito ao voto, já podem estudar; trabalhar, serem vistas dentro da sua pluralidade e singularidade, combater as diversas formas de violências, e adentrar todas as questões relacionadas à mulher no âmbito político (TELES, 2013). Porém, depois de anos de luta, ainda, segundo Teles (2013, p. 64-65), alguns desafios que as mulheres ainda carregam são:

Vários problemas sociais se avolumam no país: 57 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza; 1/3 da população acima de 10 anos é considerada analfabeta funcional; a cada 15 segundos uma mulher é espancada por violência de gênero, o que representa mais de 2 milhões de mulheres por ano (apenas metade dessas mulheres procuram alguma ajuda, sendo que apenas 5% buscam a delegacia de polícia, o que mostra como o Estado está distante da realidade das mulheres), os índices de mortalidade materna estão em torno de 139 mulheres por 100 mil nascidos vivos; as mulheres são apenas 5% do parlamento nacional; as mulheres negras sofrem ainda maiores taxas de desemprego e as negras que estão no emprego recebem 50% menos do que as brancas; tudo isso considerado, torna-se necessário desenvolver estratégias de ação que deem conta de reduzir as distâncias sociais e econômicas

De acordo com Franco (2017) uma negra, favelada, foi morta por ser mulher negra LGBT atuando contra os descasos e violências sofridos pela população negra e LGBT. As mulheres que vivem nas periferias são na sua maioria negras e pardas, podendo-se observar, a marginalização da mulher negra, que a partir do seu instinto primário de sobrevivência, vivem desde cedo se solidarizando umas com as outras nas periferias para poderem ter o mínimo para suas famílias. São as mulheres negras e faveladas que sofrem maior consequência de impactos do poder dominante, são as que mais sofrem com o feminicídio. Em 2015, por exemplo, 65,3% de mulheres assassinadas eram negras, estão entre elas a maior taxa de desemprego ou emprego precário; são as que mais sofrem com a baixa oferta de vagas nas creches e escolas, que têm menos acesso às artes, ao estudo das línguas, a ambientes que ampliem seus conhecimentos, dentre outros.

Há tantos desafios para serem enfrentados ainda nos dias atuais por mulheres e feministas, devido ao legado do patriarcado e do racismo; mulheres que ainda sofrem assédio por usarem roupas curtas e batons, penteados impróprios para o que é imposto pela sociedade patriarcal; e tudo piora quando se trata das mulheres negras, pois são as mais marginalizadas (PERNAMBUCO, 2011).

3. CONCLUSÃO

O feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos, sendo assim, a luta das mulheres não depende somente da condição de superação diante as diferenças e

desigualdades desenvolvidas historicamente, como a divisão sexual dos papéis de gênero, mas exige-se a superação de ideologias impostas pelo sistema de opressão como o sexismo e o racismo que se encontram enraizados na história da sociedade brasileira.

Desta forma as reivindicações das mulheres, as tornam mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, dessa forma, promove a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro por políticas públicas voltadas para atender a demanda da população negra feminina e geral.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 6ªed. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 1980, vol.1;

BETTO, Frei. **A marca do batom**: Como o movimento feminista evoluiu no Brasil e no mundo. ALAI, América Latina em Movimento, 2001. Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/info-revistas>> Acesso em: 17 de novembro, 2018

BICALHO, Elizabete. Correntes feministas e abordagens de gênero. *In*: SOTTER, *et al* (Org). **Gênero e Teologia**: Interpelações e perspectivas. São Paulo: editora LOYOLA: 2013 p. 37- 50;

BORGES, Juliana. **Feminismo Negro**: Resistência Anticapitalista e Radicalização Democrática. *In*: BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; MACHADO, R.S, *et al* (Orgs.). **Tem Saída? Ensaio crítico sobre o Brasil**. Porto Alegre: editora Zouk. 2017 p. 129-136;

BRASIL, Ministério da Saúde. Perspectiva da equidade no pacto nacional pela redução da mortalidade materna e neonatal: atenção à saúde das mulheres negras. *In*: BENEVIDES, Maria Auxiliadora da Silva; *et al* (Orgs.). **Perspectiva da equidade no pacto nacional pela redução da mortalidade materna e neonatal**: atenção à saúde das mulheres negras. Brasília: editora MS, 2005.

_____. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, et al.**. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4ª ed. Brasília, v. 39, 2011.

_____. Ministério da Saúde; Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa; Departamento de Articulação Interfederativa. Temática Saúde da População Negra / Ministério da Saúde; Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa; Departamento de Articulação Interfederativa. Painel de Indicadores do SUS, nº. 10. Brasília: editora MS, v. 7, 2016.

_____. **Instituto Brasileiro de Estatística**. III Conferência Nacional da Promoção da igualdade racial. CONAPIR, 2017.

_____. Secretaria da Mulher de Pernambuco. **Mulheres Construindo a Igualdade**: Caderno etnicorracial. Tavares, Cristina Celma; *et al* (Orgs.). Recife, A Secretaria, 2011.

_____. Secretaria do Estado da Educação do Paraná. VARGAS, Márcia de. **A história das mulheres negras no Brasil, no enfrentamento da discriminação e violência.** Paraná, v. 2, 2016.

_____. Secretaria do Estado da Educação do Paraná. CAINELLI, Marlene Rosa; MACHADO, Marli Aparecida. **Trabalho Escravo no Brasil: Do período colonial aos dias atuais.** Paraná, v.1, 2014.

CAMPOS, Mariana de Lima. **Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro: a constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas.** Revista sociais & humanas - vol. 30 / ed. 2 – 2017.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. Estud. av. v.17 n.49, São Paulo set./dez. 2003.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política.** Revista Labrys, Estudos Feministas/Études Féministes, Brasília, v. 7, 2005;

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero.** Revista Estudos Feministas, nº1, 2002. Disponível:<<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>> Acessado em: 16/11/2018.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: editora Boitempo. 2016.

As mulheres negras na construção de uma nova utopia. 1997. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/as-mulheres-negras-na-construção-de-u-ma-nova-utopia-angela-davis-57887ba50bcfe.html>. Acesso em: 05 jun.2018;

DIAS, Sheila Almeida. **Serviço social e relações raciais:** caminhos para uma sociedade sem classes. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

FARAH, Marta F.S. **Políticas Públicas e gênero.** In: Políticas públicas e igualdade de gênero/ Tatau Godinho (org). Maria Lúcia da Silveira (org). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher).

_____. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas.** FGV - EAESP. Florianópolis, 12(1): 360, p.47- 71, jan-abr, 2004.

FERREIRA, Claudia. BONAN, Claudia. **Mulheres e Movimentos.** Disponível em: <http://www.mulheresemovimentos.com.br/p_livro_apres01.html>Acessado em: 17 de novembro de 2018.

FRANCA, Luka. **Gênero, Raça E Classe:** entender nossas origens para construir reais alternativas políticas aos projetos societários da direita. *In:* BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; MACHADO, R.S, *et al* (Orgs.).**Tem Saída? Ensaios críticos sobre o Brasil.** Porto Alegre: editora Zouk. 2017 p. 123-136.

FRANÇA, D; RIOS, Flavia e LIMA, Marcia. **Articulando Gênero e Raça:** A participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). MARCONDES, M. M, PINHEIRO, L., QUEIROZ, C, *et al* (Orgs). **Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** IPEA, Governo federal do Brasil, 2013.

FRANCO, Marielle. **A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada.** In: BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; MACHADO, R.S, *et al* (Orgs.). **Tem Saída? Ensaios críticos sobre o Brasil.** Porto Alegre: editora Zouk. 2017 p. 89-95.

FRASER, N. **Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea.** Revista intersecções, Rio de Janeiro, ano 4, n. 1, p. 7-32, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48 ed. Pernambuco: editora Globa, 2003.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve histórico do Movimento feminista no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: editora Claridade, 2018.

HOOKS, Bell. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, p. 193-210.

KOK, Glória Porto. **A escravidão no Brasil colonial.** 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LOBO, Elizabete Souza. **Mulheres, feminismo e novas praticas sociais.** Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1987.

LOPES, F; QUINTILIANO, R. **Racismo institucional e o direito humano à saúde. Democracia Viva.** 2007, n. 34, p. 8-16.

LOPES, F; WERNECK, J. Saúde da População Negra da Conceituação as política públicas de direito. In WERNECK, J. **Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil.** Criola, 2013.

MAIA, Tatiana Vargas. **Fazendo o Brasil e o brasileiro: raça, nação e Estado no país da “democracia racial”.** In: BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; MACHADO, R.S, *et al* (Orgs.). **Tem Saída? Ensaios críticos sobre o Brasil.** Porto Alegre: editora Zouk. 2017 p. 109-115.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: editora Atlas S.A., 2003.

MARQUES, J.F. **Os dois racismos dos portugueses.** Actas do Atelier do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção Atelier: Migrações e Etnicidades. Coimbra, 2007.

ORTEGAL, Leonardo. **Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018.

PEREIRA, Potyara A. P. Discursões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; *et al* (Orgs.). **Política Social no capitalismo: Tendências contemporâneas.** 2008 p.87-108.

PINTO, Céli R. J. **Feminismo, história e poder.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

.....O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. Fundação Perseu Abramo (**Coleção Histórias do Povo Brasileiro**). São Paulo, 2003.

PINSKY, Jaime. **A Escravidão no Brasil.** 12ªed. São Paulo Contexto, 1993.

RIBEIRO, M. **Mulheres negras brasileiras**: de Bertioga e Beijing. Revista Estudos Feministas, v. 2, p. 446-457, 1995.

RODRIGUES, C. S; PRADO, M. A. M. **Movimento de mulheres negras**: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. Psicologia & Sociedade, 22(3), p. 445-456, 2010.

SAFFIOTTI, H.I.B; ALMEIDA, Suely Souza. Violência de gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: editora Revinter, 2004.

SANTOS, Joel Rufinos dos. **O que é racismo?**. São Paulo: editora Abril Cultura: Brasiliense, 1984 p.11.

SITO, Laura. Por que as mulheres negras não são vistas como um setor estratégico na construção de um novo cenário político- econômico para o Brasil?. *In*: BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; MACHADO, R.S. *et al* (Orgs.). **Tem Saída? Ensaio crítico sobre o Brasil**. Porto Alegre: editora Zouk. 2017 p. 117- 122.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análises históricas**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Gênero e as políticas da história. New York, Columbia University Press, 1989.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues. **Dossiê Esperança Garcia**: símbolo de resistência na luta pelo direito. Teresina: EDUFPI, 2017.

STEFFEN, Luciana. **A teologia feminista desconstruindo as desigualdades de gênero ainda presentes**. Congresso estadual de teologia, 1., 2013, são leopoldo. anais do congresso estadual de teologia. são leopoldo: est, v. 1, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Feminismo no Brasil: trajetória e perspectivas. *In*: SOTTER, *et al* (Org). **Gênero e Teologia**: Intepelações e perspectivas. São Paulo: editora LOYOLA: 2013 p. 51- 66.